Ensaiar: um modo latino-americano de pesquisar

Vinci, Christian Fernando Ribeiro Guimarães [1]

RESUMO

Esse pequeno experimento escritural visa discutir um pouco a forma ensaio, compreendendo-a como um experimento de pensamento desenvolvido na América Latina desde os mais remotos tempos e marcado por uma preocupação em pensar/experimentar a materialidade de certos problemas. Se o pensamento europeu buscou domar tal gênero, atribuindo-lhe uma forma – ainda que aberta – ou um espírito, a América Latina viveu materialmente o ensaio, sendo impossível dissociar tal experimento de pensamento das experiências imediatas aqui vivenciadas desde o encontro com a civilização europeia. Em diálogo com uma série de perspectivas dentro do campo decolonial, defendemos que a modificação de formas de pensamento necessita passar pela modificação de nosso modo de apreensão do mundo e, para tanto, a arte do ensaio pode possibilitar engendrar modos outros de pesquisar, por possibilitar deslocar certas premissas caras ao espírito científico de matriz europeia.

Palavras-chave: ensaio; pensamento latino-americano; decolonialidade.

Ensay: a latin america way to research

ABSTRACT

This little writing experiment aims to discuss a little the essay form, understanding it as a thought experiment developed in Latin America since the most remote times and marked by a concern to think/experiment the materiality of certain problems. If European thought tried to tame such genre, giving it a form - even if open - or a spirit, Latin America materially lived the essay, being impossible to dissociate such thought experiment from the immediate experiences lived here since the encounter with European civilization. In dialogue with a series of perspectives within the decolonial field, we defend that the modification of ways of thinking needs to go through the modification of our way of apprehending the world and, for that, the art of the essay can make it possible to engender other ways of researching, by making it possible to displace certain premises dear to the scientific spirit of European matrix.

Keywords: essay; latin american thought; decoloniality.

Ensayar: una forma latinoamericana de investigar

[1] Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor do Departamento de Filosofia e História da Educação-DEFHE da Faculdade de Educação (FE), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Email: vinci@unicamp.br. Lattes: http://lattes.cnpq.br/5118505331417877. Orcid: https://orcid.org/0000-0003-2914-3032.

RESUMEN

Este pequeño experimento de escritura pretende discutir un poco la forma ensayo, entendiéndola como un experimento de pensamiento desarrollado en América Latina desde los tiempos más remotos y marcado por una preocupación en pensar/experimentar la materialidad de ciertos problemas. Si el pensamiento europeo buscó domesticar este género, dándole una forma -aunque abierta- o un espíritu, América Latina vivió materialmente el ensayo, y es imposible disociar este experimento de pensamiento de las experiencias inmediatas vividas aquí desde el encuentro con la civilización europea. En diálogo con una serie de perspectivas dentro del campo decolonial, defendemos que la modificación de las formas de pensar pasa por la modificación de nuestra forma de aprehender el mundo y, para ello, el arte del ensayo puede permitir engendrar otras formas de investigar, al posibilitar el desplazamiento de ciertas premisas caras al espíritu científico de matriz europea.

Palabras clave: ensayo; pensamiento latinoamericano; decolonalidad.

INTRODUÇÃO

Claude Lévi-Strauss, em *Raça e História*, recuperou um breve e curioso relato, atribuído originalmente à Gonzalo Fernández de Oviedo, no qual se narra o encontro dos antilhanos com os colonizadores espanhóis:

> Nas Antilhas, alguns anos após o descobrimento [sic] da América, enquanto os espanhóis despachavam comissões de inquérito para saber se os indígenas possuíam alma ou não, estes tratavam de submergir prisioneiros brancos, para verificar, com base numa longa e curiosa observação, se seus cadáveres apodreciam ou não (LÉVI-STRAUSS, 2013, p. 364).

Para o antropólogo francês, tal historieta, embebida em ares barrocos e trágicos, expressaria o embate entre dois modos de apreensão da realidade, paradoxalmente próximos e distantes ao mesmo tempo. Próximos, uma vez que ambos primavam, cada qual à sua maneira, pelo apagamento do outro, seja pela via do aniquilamento de seus corpos ou pela domesticação de suas almas. O silenciamento das vozes do outro, em ambos os casos, aproximava esses procedimentos investigativos. Distantes, contudo, dado que cada investigação ambicionava indagar objetos muito distintos: enquanto os colonizadores questionavam a possibilidade de partilharem com os antilhanos

uma possível identidade anímica, estes estavam preocupados em estabelecer critérios para sondar a existência ou não de uma diferenciação corpórea. Os métodos investigativos também se distinguiam: para uns, o recurso ao afogamento; enquanto para outros, os inquéritos.

À época, Lévi-Strauss insistiu na proximidade entre ambas as abordagens investigativas, ciente do risco de que tal aproximação poderia endossar uma certa leitura de matriz evolucionista, interessada em articular os protocolos analíticos dos antilhanos com um pretenso espírito científico de caráter universal. Obviamente que sob essa ótica evolutiva, interessada em afirmar a existência de um pretenso espírito científico de caráter universal, passível de ser encarnado em toda e qualquer manifestação racional que atendesse a certos critérios de racionalidade erigidas pela ciência européia, bem demarcada pelo cartesianismo, transmutaria os procedimentos antilhanos de investigação em uma espécie rudimentar, primitiva talvez, do modelo científico encarnado nos procedimentos analíticos adotados pelos colonizadores. A ciência antilhana, nesse diapasão, prefiguraria aquela de matriz europeia, dado ambas apresentarem um mesmo interesse investigativo pautado na observação. A proximidade entre essas distintas abordagens defendida por Lévi-Strauss não pretendeu alimentar essa leitura evolucionista, antes ressaltar uma diferença cultural fundamental que colocaria em questão a própria ideia de ciência tal qual a concebemos.

Para o autor de *As Estruturas Elementares do Parentesco*, a especificidade de cada protocolo investigativo decorreria dos referentes culturais adotados, referentes derivados de cosmovisões particulares e que permitiriam pensar o caráter arbitrário dos critérios definidores daquilo que nossa sociedade define como ciência ou espírito científico. Ora, por qual razão as investigações antilhanas não são consideradas ciência aos olhos dos colonizadores e, até mesmo, aos olhos de nossos contemporâneos? Quando o são, denuncia Lévi-Strauss, tal consideração exige como paga o apagamento da perspectiva singular daquele povo, interpretando a experiência investigativa levada a cabo pelos antilhanos sob a égide do evolucionismo. A existência de diferentes culturas, portadoras de cosmovisões particulares, convivendo sincronamente e com seus próprios protocolos de verdade, seria a maior prova contra certa lógica evolucionista que tenderia a enxergar naquele relato dois distintos estágios de um mesmo espírito científico. Não se trata disso, antes de uma outra perspectiva, tão complexa quanto aquela adotada pelos colonizadores. Ao invés, pois, de evolução, convém ler tal relato sob a égide do perspectivismo.

Em resumo, nas práticas investigativas antilhanas, para Lévi-Strauss, encontraríamos algo similar àquela mesma curiosidade que animou os primórdios da ciência europeia, marcada pela observação interessada, mas isso não significa que lidamos com estágios distintos de um mesmo ramo do espírito científico, pelo contrário. A complexidade dos procedimentos investigativos antilhanos, elaborados em consonância com sua cosmovisão de mundo, expressaria um refinado modelo de apreensão da realidade que, embora não siga os mesmos protocolos de investigação daquilo que os europeus estabeleceram como ciência, poderia muito bem ter dado origem a uma outra concepção de ciência caso não tivesse sido calado pelos colonizadores europeus. Tal relato, por conseguinte, permitiria afirmar a existência de uma diferença fundamental que apontaria para a coexistência de diferentes humanidades, contraposta a um falso evolucionismo de uma mesma humanidade – cujo ápice evolutivo se manifestaria na cultura de matriz eurocêntrica, diga-se de passagem[2].

Fascinado com tal "anedota", Lévi-Strauss a recuperou novamente em *Tristes Trópicos*, agora não mais para demonstrar as proximidades entre antilhanos e espanhóis, mas sim para adensar as marcas de sua diferença. Ali, chegou à seguinte conclusão:

> Os brancos invocavam as ciências sociais, ao passo que os índios [sic] tinham mais confiança nas ciências naturais; e enquanto os brancos proclamavam que os índios [sic] eram animais, os segundos contentavam-se em suspeitar que os primeiros fossem deuses. Em nível idêntico de ignorância, o último procedimento era, com certeza, mais digno de homens (LÉVI-STRAUSS, 2009, p. 72).

Ora, para o antropólogo francês, nesse momento de sua obra, a diferença maior entre ambas as formas de apreensão do real recairia sobre o enfoque adotado: enquanto os colonizadores, munidos dos mais avançados protocolos investigativos oriundos daquilo que poderíamos denominar de

[2] Para Lévi-Strauss: "[...] Pois se tratarmos os diferentes estados que se encontram as sociedades humanas, antigas ou distantes, como estágios ou etapas de um desenvolvimento único, com o mesmo ponto de partida e dirigindo-se ao mesmo objetivo, é claro que a diversidade só pode ser aparente. A humanidade torna-se uma e idêntica a si mesma; mas essa unidade e identidade só podem realizar-se progressivamente, e a variedade das culturas ilustra os momentos de um processo que dissimula uma realidade mais profunda ou adia sua manifestação" (LÉVI-STRAUSS, 2013, p. 365).

ciência social da época[3], sondavam a organização social dos antilhanos; estes, por seu turno, demonstravam um interesse não tanto pelos hábitos dos invasores, mas sim pela materialidade de seus corpos. De um lado, uma psicossociologia[4]; de outro, uma preocupação de cunho biológico. Em diálogo com esse último diagnóstico traçado por Lévi-Strauss, Eduardo Viveiro de Castro, em sua obra *Metafísicas Canibais*, defende a presença, no processo investigativo dos antilhanos, de uma economia da corporalidade; economia responsável por promover uma torção materialista em nossos modos de pensar, devolvendo a nós, herdeiros do legado europeu de pensamento, certa concretude sobre os modos como construímos nosso conhecimento. São perspectivas distintas, apenas, mas que partilham de protocolos investigativos muito similares – dúvida metódica, observação etc.

> Para os espanhóis do incidente das Antilhas, a dimensão marcada era a alma; para os índios [sic], era o corpo. Por outras palavras, os europeus nunca duvidaram de que os índios [sic] tivessem corpo (os animais também os têm); os índios [sic] nunca duvidaram de que os europeus tivessem alma (os animais e os espectros dos mortos também as têm). O etnocentrismo dos europeus consistia em duvidar que os corpos dos outros contivessem uma alma formalmente semelhante às que habitavam os seus próprios corpos; o etnocentrismo ameríndio, ao contrário, consistia em duvidar que outras almas ou espíritos fossem dotadas de um corpo materialmente semelhante aos corpos indígenas (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 37).

[3] Ainda Lévi-Strauss: "Numa verdadeira pesquisa psicosociológica concebida segundo os mais modernos padrões, submeteram os colonos a um questionário visando saber se, segundo eles [religiosos europeus], os índios [sic] eram ou não 'capazes de vier por conta própria, como os camponeses de Castela'. Todas as respostas foram negativas" (LÉVI-STRAUSS, 2009, p. 71).

[4] Sem dúvida que os critérios de racionalidade poderiam ser aqui questionados, sendo possível demonstrar sua origem na filosofia de matriz eurocêntrica, mas convém não se enveredar por essa saída rápida de largada. Tal questionamento, acreditamos, seria ponto de chegada e não de largada. Seguindo o apelo de Séverine Kodjo-Grandvaux (2021), compreendemos que a filosofia, ao longo dos séculos, assumiu inúmeras formas particulares de investigação, embora nem todas tenham recebido o devido apreço pela ciência européia, recuperar outros modos de pensamento, outras filosofias, possibilita-nos problematizar o caráter universal desse modo europeu de pensar que herdamos, demonstrando a existência de complexos modos de investigação do real presentes em outras culturas que, com o passar dos tempos, recebeu uma forma europeizada ou restou calada ao longo da história.

Para Viveiros de Castro, os princípios norteadores de ambos os modos de pesquisar se aproximam demasiadamente, como sugere Lévi-Strauss, mas tendencialmente negamos aos antilhanos um estatuto científico similar àquele conferido aos europeus por conta de acreditarmos que, com isso, acabaremos por chancelar a pretensa violência de seu procedimento analítico, marcado pelo afogamento de homens brancos. Ignoramos ou fingimos ignorar, contudo, o quanto a nossa chancela ao procedimento investigativo europeu, em tese mais neutro e menos danoso, custou às vítimas da colonização. Em paralelo ao dito sutil inquérito promovido pelos religiosos europeus, um processo violento tomava corpo em nosso continente, sendo que até mesmo a boa vontade para sondar o quanto de alma portariam os povos originários da América apenas buscava verificar o quanto sua exploração poderia ou não ser justificada sob bases incontestáveis[5]. Por esse motivo, talvez, Lévi-Strauss considerou o processo dos antilhanos algo mais digno.

A despeito da discussão promovida por Lévi-Strauss e prolongada por Viveiros de Castro, o relato em questão oferece uma imagem preciosa para pensarmos os modos como a ciência ocidental de matriz eurocêntrica opera, bem como seus pontos problemáticos. Sob uma pretensa neutralidade, os invasores espanhóis realizavam sua tarefa inquisitorial lançando mão de uma certeza previamente formulada, qual seja: a existência da alma em certos seres os tornaria idênticos entre si e, portanto, portadores dos mesmos direitos/deveres. Descobrir se os antilhanos possuíam ou não esse elemento necessário para conferir-lhes o estatuto de humanos era o grande objetivo de seu processo investigativo e, em caso negativo, justificaria a sua escravização, retirando-lhes sua existência jurídica. A partir de uma ideia abstrata, inquiriam o real. Portanto, para além dessa certeza previamente formulada, a ser demonstrada, a investigação conduzida nas Antilhas era legitimada e reconhecida por seus pares por conta não apenas das premissas apresentadas, mas também por suas justificativas, assentadas sempre em certa concepção de que os europeus, mormente os católicos, estariam destinados a civilizar outros tantos povos. Ora, a estrutura desse modelo, caso abdiquemos de levar em consideração o caso concreto envolvido, a colonização das Antilhas, vigora ainda hoje na ciência que praticamos em nossas universidades. Partimos, em primeiro lugar, sempre de uma hipótese

[5] Séverine Kodjo-Grandvaux, em *Filosofias Africanas*, lembra-nos que na ciência europeia de posse dos colonizadores: "[...] o conhecimento das populações e dos poderes locais se reveste acima de tudo, e quase exclusivamente, de um interesse prático" (KODJO-GRANDVAUX, 2021, p. 42).

preliminar a ser demonstrada. A observação empírica, muitas vezes, implica desconsiderarmos uma série de variáveis para privilegiarmos outras, sempre a partir de uma justificativa que seja aceita por nossos pares, visto dialogar com a gramática vigente, e prenhe de objetivos que dialoguem com os valores atuantes em nosso meio universitário. O método Antilhano, por seu turno, parece se distanciar desse modelo operatório.

Os Antilhanos, preocupados que estavam em afogar colonizadores, não pareciam portar nenhuma questão prévia, sua dúvida surgiu apenas quando do encontro real com os invasores. Seu interesse, ademais, não recaia na demonstração ou não de uma ideia abstrata qualquer, a existência das almas, mas sim sobre certa materialidade sensível: os corpos alheios. Interessava-lhes, pois, experimentar o quanto aqueles outros corpos padeceriam dos mesmos acidentes que eles a despeito das diferenças sensíveis verificadas. Não havia uma questão prévia a ser respondida, apenas experimentavam os encontros dos quais padeciam. Não pareciam portar, ademais, qualquer finalidade última em seu experimento, uma missão civilizatória a justificar os afogamentos realizados, apenas curiosidade em sondar se aqueles seres, tal qual apregoa Viveiros de Castro (2013), partilhavam de um corpo similar ao deles ou não. Ora, por esse motivo, ousamos afiançar que enquanto os europeus buscavam fazer ciência, tal qual a compreendemos hoje, os antilhanos praticavam o ensaio, inaugurando assim uma tradição ensaística nas américas da qual somos devedores e que, para aqueles/as interessados/as em problematizar os modos operatórios de nossa ciência, convém ser recuperada.

***

Esse pequeno experimento escritural visa discutir um pouco a forma ensaio, compreendendo-a como um experimento de pensamento desenvolvido na América Latina desde os mais remotos tempos e marcada por uma preocupação em pensar/experimentar a materialidade de certos problemas. Se o pensamento europeu buscou domar tal gênero, atribuindo-lhe uma forma – ainda que aberta – ou um espírito, a América Latina *viveu materialmente* o ensaio, sendo impossível dissociar tal experimento de pensamento das experiências imediatas aqui vivenciadas desde o encontro com a civilização europeia. A despeito da paternidade do ensaio ter sido concedida a proeminentes pensadores europeus – Montaigne, na França, e Francis Bacon, na Inglaterra –, foi aqui que o ensaio ensejou modos revolucionários de pensamento tanto dentro quanto fora das academias e, embora ainda seja

considerado um registro menos portentoso quando comparado aos grandes tratados de matriz filosófica, tem recebido cada vez maior atenção pelos pesquisadores latino-americanos (RODRIGUEZ, 2012; FREIRE, 2020). Se quisermos proceder com uma crítica à colonização dos nossos modos de vida, seguindo o apelo de Catherine Walsh (2012), necessitamos recuperar outras experiências de pensamento, outras práticas de inquirir o mundo. O ensaio, apostamos, poderia ser uma dessas formas. Não o ensaio promovido por Montaigne, diga-se de passagem, mas o ensaio tal qual levado à cabo pelos antilhanos desde os mais remotos tempos, preocupados em sondar a materialidade sensível de seus algozes, e praticado com maestria pelos latino-americanos ao longo dos últimos séculos. Se precisamos modificar velhas formas de pensamento bem como os modos de endereçamento aos problemas que nos circundam, isso significa que precisamos aprender a pesquisar em contato com a arte daqueles antigos afogadores antilhanos que, recusando o paradigma imposto por seus colonizadores, experimentavam métodos outros de pesquisa.

Por qual razão o ensaio?

Em nossa tradição acadêmica, marcada por rígidas regras de composição e extensos protocolos para a circulação de ideias – lembremos das ditas condições para submissão de manuscritos adotadas por periódicos diversos –, costumeiramente o ensaio é considerado um gênero menor, algo confuso e mais próximo de um rascunho de ideias. Por vezes, o/a ensaísta divaga sobre determinado problema sem se dar ao trabalho de apresentar em minucias ao/a seu/sua leitor/a as fontes com as quais dialoga, ou as apresenta de maneira acelerada, parcial por vezes; decorrência, talvez, de sua pressa em perseguir certa intuição, confusa na maior parte das vezes, mais do que estruturar uma argumentação sólida sobre o problema em questão e apresentá-la para escrutínio de seus pares. As citações, em um ensaio, são utilizadas com parcimônia, de forma estratégica, a fim de ampliar um ponto ou demonstrar de onde surgiu determinada ideia ou simplesmente para mudar de assunto, e sempre de forma recortada, não interessando recuperar todo o sistema de pensamento de um/a determinado/a autor/a. Um uso interessado, portanto, dada a pressa imposta pelo problema discutido.

Esse modo apressado do ensaio decorre, ainda, de sua predileção em não soar judicativo, compreendendo que os problemas com os quais se depara possibilitam múltiplas abordagens e, ao trabalho de pensamento, convém

apenas indicar caminhos, nuançar perspectivas muito rígidas e assim por diante. Ao invés de julgar, observar e/ou descrever. Experimentar perspectivas, recuperar ideias e assim por diante. O ensaio trabalha impreterivelmente com impressões compartilhadas com o/a leitor/a por meio de exemplos ou outras formas mais imagéticas. Como não lembrar aqui de um clássico ensaio de Silviano Santiago, *O cosmopolitismo do pobre*, no qual a descrição de uma cena fílmica precede uma metáfora que irá coser todo o restante de seu escrito e nortear a argumentação do autor.

> Durante o desenrola do filme Viagem ao começo do mundo (1997), de Manoel de Oliveira, o foco da câmara se confunde com o espelho retrovisor do carro. A câmara (ou o espelho retrovisor) determina o ponto de vista que deve guiar a nossa percepção da viagem de Lisboa a uma distante aldeia, encravada nas montanhas do norte de Portugal. Distanciamento do passado e aproximação do futuro têm ao mesmo peso dramático para os personagens em trânsito. [...] O espectador entre numa máquina do tempo. Esta, ao estufar por duas vezes consecutivas o peito do passado, torna o presente transitável para o futuro (SANTIAGO, 2004, p. 45).

Esse tom metafórico, por vezes, faz com que o trabalho analítico aprofundado seja deixado ao/à leitor/a, que deve coligar as impressões compartilhadas pelo ensaio com suas próprias referências e assim emitir sua opinião sobre o tema a partir de suas próprias categorias e exemplos. Constantemente, diante da escrita de um ensaio, nos questionamos: essa imagem, para lidar com determinado problema, funciona ou não? Tal descrição ou exemplo oferece uma metáfora sobre o assunto em questão sem necessariamente resolvê-lo, deixando ao/à leitor/a o ofício interpretativo? Vigoraria, no ensaio, certo inacabamento essencial, estratégia utilizada para evitar soar judicativo e lhe possibilitar, assim, convocar seu/sua leitor/a a assumir um papel mais ativo diante das impressões ali compartilhadas; tomar partido, portanto. Por esse motivo, para os/as detratores desse gênero, sobraria no ensaio impulso criativo para a elaboração dessa espécie de jogo com o/a leitor, mas lhe faltaria rigor científico (RODRÍGUEZ, 2012).

O ensaio, assim, apresentaria para certa parcela de pessoas apenas esboços de ideias, sempre por meio de uma escrita de teor impressionista e carente de referências sólidas – considerando sólidas, no caso, os/as autores/as chancelados pela cultura acadêmica vigente, em sua maior parte

oriundos do norte global, mormente da Europa, e cujos argumentos, após análise, seriam referendados ou parcialmente rechaçados por meio do exercício do comentário. Esse esboço, por seu turno, não seria um problema em si, tratar-se-ia de uma intuição que, ao ser confrontada com a tradição filosófica ocidental, poderia ser adensada e ganhar estatuto científico, desde que seguindo certas regras expositivas. O ensaio, para ser considerado digno de publicação, deve adensar sua argumentação, colocando as ideias em diálogo com autores/as diversos/as que, por seu turno, devem ser citados e referendados bibliograficamente, bem como o conjunto de comentadores/as que validam a importância do/a autor/a ou tema tratado. Conviria, além disso, apresentar um Estado da Arte, demonstrando assim ao/a eventual leitor/a que o/a ensaísta domina o campo temático no qual resolveu se aventurar, ou seja, pode ser considerado um especialista no assunto tratado em seu opúsculo. O ensaio abdica desse espaço especializado, sendo o local da experimentação por excelência.

Por se tratar de um espaço mais livre, não especializado, o ensaio permite a emergência e/ou a discussão de questões urgentes de nossa sociedade. Conforme nota Thiago Rodrigues (2023), quando a tradição filosófica ocidental deseja lidar com a concretude de certas questões, ela se vale do ensaio para tanto. Não por outro motivo, boa parcela das discussões mais proeminentes em nossa contemporaneidade ganha relevo nesse gênero, bem como de seu interior que vemos surgir leituras menos endossatárias dos cânones de pensamento validados nas academias ou observamos a circulação da obra de pensadores/as que recebem pouca ou nenhuma atenção dos grandes periódicos. Na América Latina, lócus do ensaio por excelência, tal gênero ensejou discussões acaloradas sobre assuntos diversos e não podemos compreender seu processo de independência e as lutas contemporâneas que se dão em seu interior sem levarmos em consideração os debates entre eminentes ensaístas ao longo dos últimos séculos – ao ponto do nome de alguns desses ensaístas, como é o caso de Alfonso Reys no México, ser mais reconhecido e citado do que o nome de pensadores europeus (ARCINIEGAS, 2020). Apenas o ensaio possibilita ao pensamento escapulir das amarras institucionais que recaem sobre o exercício de interpelação do real, possibilitando àqueles/as que o experimentam se aproximar de questões vitais de seu tempo histórico e trazer para suas páginas um pouco das tensões que tomam as ruas e que, por vezes, demoram consideravelmente para ultrapassarem os muros universitários.

Aceitamos correntemente que, em nossos artigos ou outros produtos acadêmicos, devemos apresentar ao público apenas os resultados, finais ou parciais, de uma pesquisa prévia, não cabendo compartilhar impressões iniciais ou se aventurar por um campo analítico desconhecido, muito menos contendas políticas que tomam de assalto a esfera pública. Nossa produção, portanto, referenda o saber conquistado após longa pesquisa, mas não a inquietação inicial, o espaço originário do não-saber. Obra de especialistas, portanto, os artigos e as demais produções acadêmicas não conferem espaço para a experimentação de ideias. Os projetos de pesquisa, quando muito, chancelam esse espaço do não-saber, mas para ser aceito em um programa de pós-graduação ou mesmo validado por uma agência de fomento, deve apresentar uma pesquisa prévia. O ensaio, por seu turno, só acontece se nos afastarmos da posição de especialistas, deixando-nos guiar por nossas impressões diante de determinado tema. Isso não significa o abandono de nossas referências, elas apenas são deslocadas. No espaço do ensaio não nos colocamos na posição de especialistas, mas sim na de indivíduos tocados por certo problema, interessados em experimentá-lo e em compartilhar nossas inquietações mais latentes.

Esse local de experimentação que o ensaio oferece, contudo, para se concretizar, necessita romper com os modelos universitários com os quais lidamos cotidianamente. A linguagem acadêmica, por exemplo, costumeiramente deve padecer de certa sobriedade, evitar coquetismos e certo tom por demais literário ou coloquial, respeitando assim as regras normativas de certa gramática comum aos periódicos mais renomados da área de saber na qual o/a pesquisador/a está inserido/a. O modo como nos valemos dos conceitos, além disso, deve prosseguir os usos corriqueiros feitos pelos pares, seguindo assim a estrutura analítica típica de artigos acadêmicos, com citações sucedidas de análises interessadas em construir/validar uma certa interpretação sobre determinado/a autor/a ou tema quando não propor uma resolução para determinado problema. A sanha pelo comentário, que domina a produção acadêmica contemporânea, raramente pode ser questionada, ainda que o comentário tenha se tornado "[...] a mercadoria sem valor do capital universitário" (RODRIGUES, 2023, p. 22).

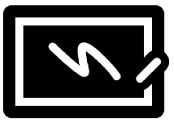
Normalmente, considerado um gênero de fronteira (BARRENTO, 2010), o ensaio prima por se utilizar de uma linguagem próxima da literária. Tal escolha, em nada arbitrária, indica o compromisso do/a ensaísta com o compartilhamento de imagens e impressões, mais do que com a emissão de juízos prontos. Por se afastar daquela gramática normativa, por vezes o ensaio

deixa de ganhar acolhida em periódicos ou em grupos de trabalho diversos, visto sua parca preocupação em referendar o linguajar corriqueiro universitário e seu parco interesse em produzir comentários analíticos bem como seguir um percurso argumentativo metodologicamente coerente. Um bom ensaio não faz um mero comentário sobre um determinado assunto, valendo-se de conceitos de terceiros ou de malabarismos exegéticos diversos, mas traz exemplos, descrições, inquietações e impressões diversas. O ensaio pulsa, enquanto o artigo acadêmico ofega.

Os conceitos mobilizados em um ensaio, quando utilizados, por vezes são apresentados apressadamente, apenas para resolver um impasse pontual e permitir ao/à ensaísta prosseguir com suas ideias. Costumeiramente, acusa-se o/a ensaísta de utilizar inadequadamente as ferramentas conceituais de um/a determinado/a autor/a, aproximando-as de outros universos conceituais que lhe são distantes ou sem proceder com a devida análise do conceito em questão, coligando-o ao sistema referencial de pensamento daquele/a autor/a. Os conceitos, no interior do ensaio, possuem uma função pontual e efêmera, auxiliar quase, não cabendo demasiado aprofundamento, apenas quando necessário. São como disparadores de ideias, auxiliam o/a ensaísta conferindo movimento à sua argumentação, possibilitando-lhe ultrapassar eventuais barreiras com as quais se depara na apresentação de suas impressões. A ideia de um pensamento em movimento é algo fulcral no interior do ensaio, por esse motivo é difícil dizer com precisão os caminhos pelos quais a argumentação seguirá e quais conceitos serão ou não mobilizados. Por esse motivo, corriqueiramente, exige-se dos/das ensaístas que reformulem metodologicamente seu tratado, conferindo-lhe uma estrutura coesa, ao menos em seu resumo. Embora seja possível rascunhar esse esqueleto a posteriori, tal estrutura retiraria do/a eventual leitor/a a possibilidade de vivenciar em loco o movimento de pensamento experimentado pelo/a ensaísta. A ânsia por permitir o acesso a essa movimentação, algumas vezes, chega a beirar a loucura, como é o caso de autores como César Aira, exímio ensaísta argentino, que dizia jamais revisar um texto, pois isso lhe retiraria a vitalidade.

Algumas vezes, como nos procedimentos escriturais de Raúl Freire (2020), não apenas a linguagem e os usos conceituais distanciam-se do modelo canônico ensinado nas universidades, mas também a forma. Atualmente, vez ou outra deparamos com ensaios interessados em modificar não apenas a linguagem canônica ou escapar do campo dos juízos analíticos, mas também a própria estruturação formal privilegiada pelos periódicos mais

bem avaliados de seu campo de saber. A diagramação sofre variações, novos jogos composicionais são experimentados a fim de exigir do/a leitor/a uma posição mais ativa quando de seu encontro com o texto. Uma vez que o ensaio prima por um inacabamento essencial, como afirmamos, tais jogos composicionais auxiliam na convocação do outro para criação de sentido. Algumas vezes, basta uma MUDANÇA DE FONTE ou o uso do ~~tachado para a produção desse efeito,~~ outras vezes algumas imagens:



ou mesmo a modificação no layout da página, por meio de adaptações nas estruturas do parágrafo –

a depender

sempre

do quanto se quer

exigir

do/a leitor/a na confecção do sentido ou o quanto tais mudanças auxiliam na apreensão do problema tratado.

Obviamente que, raramente, tais ensaios conseguem circular nos periódicos alinhados às regras composicionais, dada a rigidez de suas regras para publicação, restando calados em revistas de menor circulação, de teor mais experimental, em dossiês específicos ou em edições custeadas pelo/a próprio/a autor/a, quando não restritos ao espaço das redes sociais apenas.

O problema maior, parece-nos, deriva do caráter experimental do ensaio, do modo como a argumentação ensaística segue à deriva, sem um ponto de chegada preciso e, muitas vezes, sem estadas fixas. Um relato qualquer sobre antilhanos que afogavam europeus, por exemplo, pode ser utilizado como disparador de uma ideia e, após sua apresentação ao/a leitor/a, ser abandonado simplesmente. Na maioria das vezes, o ensaio sequer encerra sua argumentação, deixando o problema em aberto para o leitor. Um artigo científico, por seu turno, exige uma estrutura mais coesa, no qual cada pequena peça possui sua razão de ser. No ensaio, interessa o problema a ser

experimentado e os modos como, se valendo de ideias as mais diversas – algumas contraditórias entre si –, o/a ensaísta joga com os dados desse problema. Um/a bom/boa ensaísta é impelido a escrever ao se deparar com um problema qualquer, não visando resolvê-lo, mas interessado em compartilhar as inquietações disparatadas quando desse encontro com seu/sua eventual leitor/a.

No ensaio, por fim, não interessa esboçar soluções, mas sim promover deslocamentos ao fazer circular ideias e imagens que não costumam ganhar destaque na produção consolidada. Um ensaio oferece ideias, impressões e exemplos, ao invés de argumentos e juízos prontos. Tais elementos, por seu turno, almejam produzir um deslocamento sensível daquele/a que se depara com esse escrito experimental, levando-o/a a pensar certos problemas a partir de óticas ainda pouco exploradas. Não se trata, no ensaio, de convencer, mas de deslocar; deslocar perspectivas, deslocar juízos, deslocar...

Não raro, como nota Raúl Freire (2020), a palavra ensaio acaba sendo utilizada para justificar a recusa de determinado artigo, sobretudo por renomados periódicos, como se o mero epiteto justificasse uma confusão de ideias ou apontasse para algum outro problema na estrutura do escrito apresentado, mormente de caráter metodológico. De fato, isso se deve, como nota o ensaísta – sem qualquer demérito no uso da expressão –, a dois problemas: (1) o ingresso da academia na lógica neoliberal do produtivismo que, em resumo, transmuta o trabalho do pensamento em uma linha de produção de artigos; e (2) ao caráter técnico conferido à escritura pela arquitetura universitária moderna. Ambos os problemas, podemos afirmar, convergem.

Há tempos o cenário acadêmico mundial tem padecido de uma padronização de sua linguagem, deixando de ser um espaço afeito à diversidade estilística e discursiva. Em outros termos, há tempos nossos esforços de pesquisa, caso queiram ganhar o mundo, têm assumido uma estrutura fixa marcada pelo controle de suas regras de composição. Tal controle, segundo Freire (2020), segue a ânsia cartesiana pelo método, sua necessidade em decompor objetos/problemas em suas mínimas partes e analisá-las de forma gradativa, daquelas mais simples até as mais complexas. Essa revolução moderna, por seu turno, impede que lidemos com questões urgentes que nos atravessam e que, na inquietude por elas provocadas, exigem uma abordagem rápida para, desse modo, materializar tais questões em reais problemas. Se enrijecemos as regras de composição acadêmica,

impedindo a diversidade de abordagens, deixamos de construir problemas próprios e legamos tal tarefa para outros agentes: a mídia, por exemplo, mas também os movimentos sociais e outros tantos. Portanto, esse movimento de padronização da linguagem acadêmica, mais do que impedir a emergência de pesquisas ensaísticas, tem contribuído para o afastamento das instituições de ensino superior de questões latentes do tempo presente. Tais questões, por seu turno, quando ingressam nos meios universitários, acabam adentrando sob a égide do olhar investigativo europeu, como mero objetos de pensamento que devem ser analisados a partir de parâmetros/conceitos/ideias/sistemas pré-concebidos.

Não por outro motivo, Catherine Walsh (2005; 2012), professora na *Universidade Andina Simón Bolivar*, costuma chamar nossa atenção em suas obras para o quanto o nosso trabalho de pensamento deve incidir sobre a questão do conhecimento e aos modos como, desde o século XVI, as nossas estruturas de apreensão do real foram colonizadas pelas ferramentas metodológicas construídas por filósofos e cientistas europeus. Sem atentarmos, tendemos a ler o mundo a partir de categorias de pensamento que trazem consigo algumas das marcas distintivas da ciência européia – como, por exemplo, a distinção entre natureza e cultura –, ignorando outras formas de saber e outras categorias de apreensão do real. Como paga, por mais que busquemos ampliar os nossos campos temáticos, concedendo espaço em nossas instituições de pesquisa para populações historicamente excluídas desse universo, tendemos sempre a referendar os modos de conhecer europeus. Muito disso, prossegue a autora (WALSH, 2012), decorre da adoção de uma estrutura argumentativa, analítica, herdada dos cânones acadêmicos do norte global, responsável por gerar uma padronização das regras de composição acadêmica.

Isso significa que devemos abandonar o rigor? Não, em nenhum momento devemos considerar o ensaio como um modo de pesquisa menos rigoroso. João Barrento (2010), em sua anatomia do ensaio, insiste sobre o caráter rigoroso do ensaio, uma vez que o compromisso com o pensamento assim o exige. Fazendo coro a tal prognóstico, Raúl Freire (2020) denuncia a ilusão de que por fugir das regras de composição vigentes nas academias o ensaio não apresentaria análise rigorosa de certos problemas, pelo contrário. O rigor é para com a experimentação de certo problema, para com a manutenção do espaço de pensamento para não especialistas, o espaço do não-saber, capaz de deslocar e convocar o/a leitor/a para assumir um papel ativo na leitura.

Por qual razão, pois, o ensaio? Ora, seguindo a convocação lançada por Walsh (2012), caso queiramos proceder com a decolonização de nossos modos de pensamento não basta procedermos com uma mudança temática no seio das academias apenas, abrindo espaço para formas de compreensão da realidade que escapem dos parâmetros científicos eurocêntrico, temos também que modificar as regras do próprio pesquisar, sem abdicar, contudo, de tudo o que construímos. Se não o fizermos, as novas discussões que têm ganhado corpo em nossa sociedade receberão uma atenção subalterna, sendo alocadas em um rincão específico, guetizadas se assim o quisermos. Tal qual o ensaio, considerado um gênero menor pela tradição acadêmica, tais discussões – normalmente ligados aos estudos de gênero, raça ou outros campos, como o decolonial – podem acabar sendo consideradas menos sérias, restritas a ocuparem, quando muito, dossiês ou publicações específicas. Convém, por esse motivo, militar por uma abertura não apenas temática, reivindicando a circulação desses debates em periódicos da área e em outros rincões das universidades brasileiras, mas também por uma abertura epistemológica, convém brigarmos por modos outros de pesquisar, mais experimentais e abertos, menos judicativos. Para tanto, afirmamos em companhia de Germán Arciniegas (2020), convém recuperar uma arte que nós, latino-americanos, dominamos muito bem: a arte do ensaio.

América Latina: vivendo o ensaio.

Quando Michel de Montaigne, enclausurado em seu castelo no interior da França, optou por elaborar alguns retratos escriturais de sua pessoa – “Quero que me vejam aqui em minha maneira simples, natural e habitual, sem apuro e artifício: pois é a mim que pinto” (MONTAIGNE, 2002, p. 4) –, não titubeou em adotar um gênero menos formal para tanto; um gênero mais plástico e dinâmico: o ensaio. Popularmente considerado o criador desse gênero, ao menos para certa tradição francesa de pensamento – Francis Bacon, por seu turno, costuma ser apontado como o pai do gênero na Inglaterra (SULLIVAN, 2020; VINCI, 2022) –, Montaigne não inventou realmente o ensaio, apenas aprimorou um modo de pensamento herdado de seu professor, George Buchanan, e conferiu-lhe algumas marcas próprias, sobretudo quanto à acuidade narrativa e a tratativa de temas cotidianos. O nome de Buchanan, por seu turno, surge vez ou outra quando recuperamos a história do ensaísmo ocidental, sempre de maneira tímida, e apenas por conta de uma peculiar coincidência, qual seja: além de ter sido um dos preceptores

de Montaigne, o humanista escocês também foi um dos responsáveis pela educação do Rei James, o primeiro a utilizar o termo ensaio na Inglaterra, na obra *Ensaios de um Aprendiz*, e no mesmo momento que seu colega francês iniciava a escrita de seus retratos escriturais (SULLIVAN, 2020).

Essa discussão sobre a paternidade do ensaio rendeu e rende inúmeras disputas[6], expressando o sentimento de posse que sempre marcou o espírito científico europeu, mas nos interessa na medida em que aponta para um fato: o ensaio não está ligado a um nome, mas à uma época. E qual época seria essa? A época no qual a Europa teve de lidar com o seu outro: com os Antilhanos que afogavam colonizadores a fim de descobrir o quanto os seus corpos padeceriam ou não dos mesmos acidentes que eles; com os tupinambás que deglutiam a carne de valentes guerreiros em mostra de respeito por seus inimigos; os caetés que, tal qual o povo tupinambá, devoraram dom Pero Fernandes Sardinha, o primeiro bispo a aportar por essas terras; e assim por diante. Uma época, portanto, no qual as certezas narcisísticas dos colonizadores europeus foram abaladas, marcando a passagem para o momento que Paul Hazard (2015) denominou de *crise de consciência europeia*, ou, como preferimos, crise do narcisismo europeu.

O ensaio, por conseguinte, marca esse momento fulcral da história ocidental, momento no qual a consciência europeia se depara com dois fatos inquestionáveis: (1) não está sozinha nesse vasto mundo e, para piorar, (2) não estão em maior número, dado o exíguo espaço do continente europeu quando comparado com a vastidão de terras do chamado novo [sic] mundo. Como lidar com esse abalo de sua cosmovisão? A colonização do espaço mundial, marcada por um processo de extrema violência para com esse outro com o qual os colonizadores europeus se depararam e por uma acirrada disputa entre as potências europeias, não concede o tempo necessário para que o modo escolástico de processamento do real discuta com parcimônia o melhor modo de lidar com essa nova realidade, sendo necessário proceder com um modo de pensamento mais dinâmico; eis, então, que surge o ensaio. Plástico, o ensaio possibilita lidar com os problemas que se apresentam para a consciência

[6] Kodjo-Grandvaux (2021), comentando sobre a disputa pela paternidade da filosofia, defende que essas discussões não apenas visam estabelecer critérios distintivos, as sociedades com pensamento mais complexo em detrimento daquelas que sequer conseguiram elaborar em conceito suas ideias primordiais, mas também alimentar um jogo de exclusão a partir do qual, para ser considerado apto para o exercício da filosofia, certos protocolos se apresentam como universais, impossibilitando aos povos que primam por outras balizas para o exercício do pensamento reivindicar a paternidade desse legado distintivo e, por esse motivo, restem presos à condição de subalternidade que lhes foi imposta.

europeia sem ter de recorrer aos penosos protocolos de verdade derivados da cultura escolástica entranhada nas universidades europeias. A acirrada disputa pela colonização das novas terras, pela conquista dos mercados, impôs ao pensamento europeu uma pressa que o método da *quaestio disputata* seria incapaz de prover, sobretudo por este necessitar conceder voz aos discordantes, ao outro que sequer partilhava da mesma língua que seus colonizadores. O ensaio, portanto, demonstrava ser a única solução possível para lidar com a materialidade dos novos tempos que se anunciavam.

Desse modo, não seria descabido afirmar, não podemos pensar o ensaio sem levar em consideração o contato com o outro, mormente os povos originários da América Latina; sendo possível, inclusive, reivindicar a maternidade do gênero para os povos que aqui viviam, deixando para os europeus a disputa por sua paternidade. Por meio de ensaios que a América Latina, ao longo dos últimos séculos, foi pensada, levando em consideração tanto os primeiros relatos dos colonizadores, mormente as discussões sobre se os povos originários de nosso continente possuíam ou não alma – portanto, traduzindo, poderiam ou não ser escravizados tal qual outros tantos povos colonizados mundo afora, mormente em África –, quanto também os ensaios e os manifestos responsáveis por insuflar o sentimento revolucionário que culminou na independência de inúmeros países latino-americanos. Mesmo os ditos “pais” do ensaio, Montaigne e Bacon, não se furtaram em esboçar considerações sobre o encontro do europeu com o outro, corroborando o vaticínio de que sem a América, sobretudo aquela que denominamos de Latina, não haveria ensaio. Por esses e outros tantos motivos, Germán Arciniegas (2020) insiste: nossa américa é um ensaio! E é essa imagem que gostaríamos, nas próximas linhas, de perseguir.

Em primeiro lugar, se o ensaio lida com a materialidade sensível de certos problemas, preocupado que está em experimentar as várias perspectivas possíveis para trabalhar uma questão, não é possível ignorar esse campo problemático que surge com a colonização do novo mundo; levando problemas tanto para os povos originários que aqui se encontravam, quanto para os povos escravizados para lá do Atlântico e que aqui aportaram, marcando o início do processo diaspórico cujas marcas repercutem até os dias de hoje (HALL, 2013), afora para a cosmovisão dos próprios colonizadores, abalados por se descobrirem partilhando o universo que achavam ser única e exclusivamente deles. Arciniegas, corroborando tal prognóstico, argumenta:

> A América surge no mundo, com sua geografia e seus homens, como um problema. É uma novidade insuspeitada que rompe com as ideias tradicionais. A América, em si mesma, já é um problema, um ensaio de novo mundo, algo que aguça, provoca, desafia a inteligência (ARCINIEGAS, 2020, p. 129).

Esse desafio à inteligência, marca distintiva do encontro da América com seus colonizadores, aproxima imediatamente nosso continente do ensaio, compreendido como um gênero provocativo e interessado em discutir tópicos polêmicos impossíveis de serem abordados em outros registros de pensamento – os primeiros tratados sobre nosso continente, aliás, tomariam corpo depois que uma centena de ensaios já haviam sido escritos, chegando atrasados para a discussão portanto. São impressões, mais do que sistemas prontos de pensamento, que a América provoca e o ensaio expressa, ambos apresentam problemas urgentes que desestruturam os saberes construídos de véspera e exigem uma nova abordagem ou a ampliação dos quadros de referências que possuíamos.

Além disso, foi no terreno ensaístico que nosso continente ganhou contornos expressivos, sendo narrado em um primeiro momento. Quando de nossa colonização, sem contar com uma população letrada capaz de narrar a América a partir de suas próprias perspectivas, coube ao colonizador esboçar os contornos de nosso continente, ainda que de maneira confusa. Na América, defenderiam alguns, vige o bom-selvagem, o homem em estado de natureza, aquele que séculos mais tarde seria considerado como corrompido pela sociedade; para outros, contudo, não haveria em nosso território viva alma que não se encontre em um estado de barbárie, sendo necessário proceder com uma missão civilizatória para salvar algumas dessas poucas almas. Essa dialética entre a presença do divino e do demoníaco, marcaria a história de nossa colonização e seria responsável pela construção de um complexo imaginário, qual seja: de um lado, a América poderia ser compreendida como o paraíso na terra, aquela região na qual se plantando tudo dá, mas, por outro lado, seria o local da animalidade/bestialidade, tanto pelos animais que aqui viviam quanto pela gente incivilizada que aqui habitava (HOLANDA, 2010; SOUZA, 1993). Tal imaginário, por seu turno, ganhou contorno nos ensaios redigidos por religiosos e homens de letras que aqui aportaram e ditou os rumos do processo de exploração levado adiante pela dita civilização europeia.

A América, conforme nota Ángel Rama (2015), foi a página em branco dos colonizadores europeus, o espaço no qual eles ousaram escrever aquilo

que bem entendiam, apagando as marcas de seus habitantes originais e buscando escrever aquilo que desejavam. Não podemos, conforme defende o ensaísta, compreender o processo colonizador de nosso continente desconsiderando o modo como esse processo passa pela produção de textos diversos, seja o texto ensaístico, responsável por criar um imaginário sobre os povos originários da América e seu território, ou mesmo a ordenação das cidades em torno de ofícios escriturais, os cartórios e a universidade sobretudo, cuja única função era impor a cultura letrada européia como forma de dominação social. Esse processo, contudo, não se deu sem embates, ainda que tais embates não tenham sido registrados devidamente e restaram mudos, sendo recuperados apenas recentemente.

A princípio, os embates se davam nos inúmeros processos de resistência à presença do colonizador em nosso território, na busca por pensar formas de escapar da dominação imposta pelo outro. Nesse registro recuperamos as técnicas exploratórios dos Antilhanos, preocupados em afogar os colonizadores europeus, mas também uma série de outras pequenas resistências que, embora tenham sido apagadas da narrativa oficial, deixaram suas marcas e necessitam ser consideradas. Marcas mínimas, algumas vezes, como os pequenos símbolos talhados em imagens católicas por alguns povos, visando perpetuar sua cultura por meio da produção de um certo campo sincrético, visto que o embate com as forças europeias estava fora de questão muitas vezes. Essa arte, que Serge Gruzinski (2006) denomina de arte do entorno, permitia o amalgama de culturas como forma de resistir a iconoclastia católica trazida pelos colonizadores, possibilitando que, ao reverenciar os santos europeus, se reverenciasse também sua própria cosmogonia. Um exemplo disso é o relato de um jesuíta que, na região de Vera Cruz, México, estranhou a íntima relação de um de seus estudantes com uma imagem da Virgem. Enquanto outros estudantes resistiam a aceitar as novas divindades trazidas pelos colonizadores, o jovem não via problemas em se postar diante da imagem e rezar em sua própria língua. O padre, contudo, estranhou quando, certo dia, o jovem levou algumas oferendas para a divindade, alimentos e bebidas diversas. Inquieto, optou por inventariar a imagem e descobriu, em seu manto, uma série de símbolos pagãos que remontavam ao culto de Quetzalcoatl. Relatos como esse são prova da resistência, dos ensaios materialmente conduzido pelos povos originários para lidar com o problema trazido pelo colonizador.

Séculos depois, para além dessa resistência não registrada, será na forma de ensaio que nosso continente passará a reivindicar para si uma

identidade e, por meio desse gênero, reivindicaremos o direito de narrar a nossa própria história. O ataque à cultura letrada europeia, aos intelectuais próximos do universo social europeu, ocorreu e circulou por meio de ensaios lidos em bares e cafés (RAMA, 2015); instigando, assim, um sentimento revolucionário na camada média latino-americana, camada que será responsável pela promoção da revolução em nosso continente. Ora, por esse motivo, diferente do que foi para os europeus, Arciniegas insiste que:

> O ensaio, para nós, não é um divertimento literário, mas uma reflexão obrigatória diante dos problemas que cada época nos impõe. Esses problemas nos desafiam em termos mais vivos que a nenhum outro povo do mundo. Não tivemos tempo de nos dedicar ao exercício de guerras, um exercício que parece tão exclusivo da história europeia. Isso soa paradoxal na Europa, onde se faz literatura demais acerca das revoluções do México e da América do Sul. Talvez seja essa a diferença. A América foi, na parte dela que é nossa, um contente de revoluções, e não de guerras (ARCINIEGAS, 2020, p. 131).

O gênero ensaio, portanto, nunca foi para nós um hobby, uma preocupação literária com assuntos triviais, como o foi para os colonizadores europeus, preocupados que estavam com banalidades quaisquer. Para nós, o ensaio é uma profissão de fé, um ato revolucionário e de resistência. Se o imaginário sobre nosso continente foi esboçado nos documentos ensaísticos produzidos quando da colonização, será esse mesmo espaço que reivindicaremos para não apenas denunciar esse imaginário como também para construir uma outra compreensão de mundo. Conforme nota Doris Sommer (2004), não podemos compreender a fundação de um sentimento latino-americano, responsável pela criação de um sentimento nacionalista que culminou nos processos de independência nacional em nosso continente, sem levar em consideração a produção escritural dos séculos XVIII e XIX, sobretudo os ensaios escritos naquele período. Ali, um sentimento de autonomia foi experimentado e esboçado, inspirando os revolucionários responsáveis por quebrar o domínio colonial.

Por meio do ensaio reivindicamos em primeiro lugar a liberdade de pensamento, compreendendo que a emancipação da mente precede a luta (ARCINIEGAS, 2020); uma liberdade responsável por, em seguida, promover a liberação do julgo colonial. Apenas por meio do ensaio, hoje, conseguiremos proceder com uma decolonização de nosso imaginário, produzindo um

deslocamento em relação aos modos de apreensão do mundo que circundam a concepção de ciência herdada de nossos colonizadores. Como isso pode ocorrer? Em primeiro lugar, reivindicando para nós a maternidade desse gênero, matriz de uma ciência realizada por nós desde tempos imemoriais e marcada por uma abertura radical para a alteridade; apenas o ensaio pode alargar nossa compreensão de mundo, abrindo o nosso campo de saber para outros perspectivas e cosmovisões, e possibilitar que outras temáticas ganhem relevo, por escapar das dicotomias valorativas herdadas da ciência europeia. Não basta introduzirmos novos horizontes temáticos apenas, para procedermos com uma guinada epistêmica, convém reivindicarmos o ensaio como marca de uma ciência outra, latino-americana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em *Filosofias Africanas* (2021), Séverine Kodjo-Grandvaux discorre sobre as dificuldades em proceder com uma decolonização ou desconstrução das bases epistemológicas eurocêntricas, visando, assim, a produção de uma filosofia ou de uma ciência de matriz africana. Tal procedimento, em seu diagnóstico, esbarra em duas grandes dificuldades: (1) a impossibilidade de desconsiderarmos a formação de base dos pesquisadores africanos, adquirida em instituições – estrangeiras, muitas vezes – que privilegiam única e exclusivamente autores/as e sistemas de pensamento europeus; e (2) a própria precedência de uma base epistêmica europeia a se combater, presente nos próprios conceitos de decolonização e desconstrução, aponta impreterivelmente para a necessidade de lidarmos com essa herança, considerá-la como uma base incontornável. Como proceder? A aposta de Kodjo-Grandvaux recai sobre a necessidade de compreendermos e aceitarmos que esse trabalho deverá ocorrer dentro da própria tradição ocidental que almejamos combater e, muitas vezes, se valendo de autores/as europeus e/ou norte-americanos interessados em abalar a episteme de matriz eurocêntrica. Logicamente que, reconhecer essa impossibilidade de erigirmos um pensamento outro, não dominado pelos modos de pensamento eurocêntricos, poderia apenas armar uma complicada arapuca: ao nos valermos de conceitos e críticas oriundas de pensadores do norte global, ainda que críticos em relação à episteme eurocêntrica, ou simplesmente assumirmos que nossa tarefa pressupõe a precedência das balizas científicas de matriz europeia, não tenderíamos a reafirmar a episteme que desejamos combater, atuando para a incorporação de perspectivas antes caladas em seu interior?

Um outro autor, Vladimir Safatle (2020), procedendo com uma leitura de acento adorniano, sugere que essa guinada antropológica que estamos vivendo no campo das ciências humanas, ligadas às pautas decoloniais e/ou desconstrucionistas, devem surgir como "uma impossibilidade lógica às nossas formas de vida, se não quiserem ser apenas a expressão de potencialidades imanentes às formas sociais capitalistas" (SAFATLE, 2020, p. 52). Em outros termos, para não produzir apenas uma integração desses outros modos de pensamento à estrutura epistemológica vigente, temos de considerar essas novas perspectivas como impossíveis de serem atualizadas a fim de gerar uma contradição imanente aos nossos sistemas de pensamento. Não conseguiremos recuperar uma outra forma de pensamento, livre dos protocolos epistemológicos herdados de nossos colonizadores, mas podemos problematizar a forma vigente, reivindicando outras formas de existência e de pensamento que não se coadunam com as que vigoram em nossa época, pautadas pela exclusão do outro. Amplia-se o horizonte epistêmico, mas este sempre restará no campo da impossibilidade, servindo apenas para tensionar o campo do pensável e, assim, possibilitar outras composições de pensamento que sejam mais abertas e inclusivas.

Kodjo-Grandvaux aproxima-se dessa perspectiva, ao defender que não se trata de rejeitar as ferramentas conceituais produzidas pelo colonizador, tampouco buscar uma epistemologia pura, intocada pelas premissas europeias, antes convém apreender a proveniência de nosso pensamento, suas possibilidades e seus limites. Esse exercício crítico, em sua concepção, permitir-nos-ia proceder com um exercício decolonial efetivo, em uma dupla via: reivindicando o alargamento do campo epistêmico ocidental e, assim, permitir que outros modos de apreensão da realidade possam ganhar corpo e se integrar efetivamente. Corre-se o risco da guetização, sem dúvida. Podemos, nessa disputa, apenas criar um campo específico dentro das universidades, o campo de estudos decoloniais ou desconstrucionista, sem de fato modificar as bases epistêmicas vigentes, sem que tais discussões ganhem relevo e destaque dentro das disciplinas mais tradicionais. De nada adianta, por exemplo, ofertarmos uma optativa destinada a tratar de Filosofias Africanas e deixarmos de considerar, como contraponto ou tensionamento, temas do pensamento africano nas disciplinas obrigatórias de Filosofia Moderna ou Contemporânea. Por isso, alargar não deve ser compreendido como um abrandamento, mas como a única possibilidade de efetivamente levarmos para o interior de nosso meio universitário essas perspectivas outras. Nossa defesa do ensaio como gênero latino-americano dialoga com esse objetivo maior,

compreendendo que reivindicar a maternidade de tal gênero implica alargar seu campo para a compreensão de outros modos de apreensão do real, mais voltados para a experimentação da materialidade de problemas concretos que atravessam o campo social do que para a mera reflexão sobre tais problemas.

Seguindo Raúl Freire (2020), entendemos que as discussões latentes de nosso campo social latino-americano ganham expressão nos ensaios, geralmente relegados para as páginas de jornal ou outras de teor menos acadêmico. Trazer essas discussões para as universidades, reivindicando sua inserção nos debater travados em seu interior e exigindo sua consideração por parte tanto do corpo docente quanto da instituição em si é fundamental para pensarmos um outro espaço acadêmico, mais aberto e dinâmico. Afora isso, possibilitaria pensarmos um modo de produzir um deslocamento epistêmico no interior desses espaços, permitindo que seja concedida vozes àqueles/as que antes figuravam nas pesquisas da área como objetos mudos de investigação. Ademais, o ensaio ofertaria um espaço de experimentação que raramente encontramos no campo acadêmico, compreendendo experimentação como um processo de invenção de procedimentos analíticos, por meio do deslocamento ou recusa de certas balizas epistêmicas, cujo uso interessado visa promover uma abertura para outras formas de pensarmos nossa realidade.

Encontramos ecos dessa experimentação ensaística, por exemplo, em *Memórias da Plantação: episódios de Racismo Cotidiano*, de Grada Kilomba (2019). Ali, a autora ensaia experimentar um método singular, denominado de *study up*, uma metodologia atrelada à busca por uma epistemologia "[...] que inclua o pessoal e o subjetivo como parte do discurso acadêmico, pois todas/os nós falamos de um tempo e lugar específicos, de uma história e uma realidade específicas – não há discursos neutros" (KILOMBA, 2019, p. 58). Denunciando a pseudoneutralidade do discurso científico de matriz eurocêntrica, Kilomba prima por adotar uma escrita que traga as impressões subjetivas atravessadas por análises objetivas, tal qual o ensaio propõe. Por esse motivo, não podemos deixar de considerar uma matriz ensaística em seu estudo, voltada não apenas para esse questionamento das balizas que norteiam o trabalho científico produzido na academia, materializado nos ritos que circundam a produção de conhecimento em seu interior, como também na experimentação de um método que visa desconstruir a cisão entre sujeito e objeto. O *study up*, definido como um método de pesquisa centrado em sujeitos, propõe que:

> [...] pesquisadoras/es investiguem membros de seu próprio grupo social, ou pessoas de status similares, como forma de

> retificar a reprodução constante do status quo dentro da produção de conhecimento. Fazer pesquisa entre iguais tem sido fortemente encorajado por feministas, por representar as condições ideais para relações não hierárquicas entre pesquisadoras/es e informantes, ou seja, onde há experiências compartilhadas, igualdade social e desenvolvimento com a problemática. [...] O conceito de pesquisa study up complementa o conceito de pesquisa centrada em sujeitos, pois ambos rejeitam o distanciamento dos objetos de pesquisa. Minha posição como intelectual não é a de um sujeito distante olhando para seus 'objetos pesquisados", mas sim uma "subjetividade consciente" (KILOMBA, 2019, p. 82-83).

Essa abertura para o outro, em uma chave que nega a divisão clássica entre sujeito e objeto, norteadora de todos os nossos trabalhos investigativos, só pode ser experimentada em um texto, ensaístico por excelência, que conceda voz para os/as participantes. Essa cessão, por seu turno, ocorre por meio da adoção de uma linguagem que, por vezes, flerta com o literário. Não por outro motivo, Kilomba (2019) relata o quanto seus pares europeus questionaram o estilo adotado em seu estudo, bem como o método utilizado. Ensaístico demais, talvez. De qualquer modo, a potência da obra de Kilomba recai justamente por ela ter reivindicando e assumido um modo de pesquisar cuja ousadia em nada deixa a desejar aqueles antilhanos descritos por Lévi-Strauss, uma ousadia de pensar a partir de seus próprios interesses e problemas, concedendo-lhes materialidade por meio de uma escrita de alto teor ensaístico e a partir de seus próprios encontros. Oxalá chegue um tempo no qual possamos retornar a ensaiar, pois só assim poderemos fabular uma outra ciência de fato.

REFERÊNCIAS

ARCINIEGAS, Germán. Nossa América é um ensaio. In: PIRES, Paulo Roberto (org.). **Doze ensaios sobre o ensaio**: antologia Serrote. São Paulo: IMS, 2018. p. 128-142.

BARRENTO, João. **O gênero intranquilo**: anatomia do ensaio e do fragmento. Lisboa: Assírio & Alvim, 2010.

FREIRE, Raúl Rodríguez. **La forma como ensayo**: crítica ficción teoría. Buenos

Aires: La Cebra, 2020.

GRUZINSKI, Serge. **A Guerra das Imagens**: de Cristovão Colombo a Blade Runner (1492-2019). São Paulo: Cia das Letras, 2006.

HALL, Stuart. **Da Diáspora**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso**. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: episódios de racismo cotidiano. São Paulo: Cobogó, 2019.

KODJO-GRANDVAUX, Séverine. **Filosofias Africanas**. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2021.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural Dois**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

MONTAIGNE, Michel de. **Ensaios**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

RAMA, Angel. **A Cidade das Letras**. São Paulo: Boitempo editorial, 2015.

RODRIGUES, Thiago. **A Necessidade do Ensaio**: o ensaio como experiência filosófica. Jundiai: Editora Fibra, Edições Brasil, 2023.

RODRÍGUEZ, Víctor Gabriel. **O ensaio como tese**: estética e narrativa na composição do texto científico. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

SAFATLE, Vladimir. **Dar corpo ao impossível**: o sentido da dialética a partir de Theodor Adorno. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

SANTIAGO, Silviano. **O Cosmopolitismo do Pobre**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

SOUZA, Laura de Mello e. **Inferno Atlântico**: demonologia e colonização séculos XVI-XVIII. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SULLIVAN, John Jeremiah. Essai, essay, ensaio. In: PIRES, Paulo Roberto (org.). **Doze ensaios sobre o ensaio**: antologia Serrote. São Paulo: IMS, 2018. p. 28-42.

VINCI, Christian Fernando Ribeiro Guimarães. A cultura ensaística entre a fabulação e o ensaísmo acadêmico: uma leitura. In: **Educação & Pesquisa**, São Paulo, v. 48, p. 1-17, 2022.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Metafísicas Canibais**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

WALSH, Catherine. **Pensamiento Critico y matriz (de)colonial**. Quito: Abya Yala, 2005.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad Crítica y (de)colonialidad**. Quito: Abya Yala, 2012.

Submissão em 19 de maio de 2023.
Aceite em 03 de julho de 2023.

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. Texto da Licença: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/